



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

O autoritarismo do Estado neoliberal e seu impacto na democracia

Claudiomiro Ramos Moreira¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo, desenvolver uma análise inicial e aproximativa entre neoliberalismo e autoritarismo. Partindo de uma pesquisa bibliográfica, será buscado trabalhar duas hipóteses complementares entre si. Na primeira, será trabalhada o tema da atual ação autoritária do Estado, resulta da incorporação do discurso teórico-ideológico neoliberal, que o coloca na paradoxal situação de que ao fomentar a liberdade do mercado e do capital, acaba por negar a si, (de)limitando a abrangência de sua intervenção, sua intervenção atende mais as demandas econômicas que as sociais. Na segunda, será analisado o fato de que a democracia é impactada pelo neoliberalismo e sua estratégia que se utiliza do autoritarismo na implantação do projeto de ajuste da sociedade e dos sujeitos ao capitalismo. O autoritarismo mostra-se eficaz na execução deste ideal, uma vez que ele deve ocorrer em detrimento dos interesses e vontades populares, que passam a ser alvo de diferentes formas de coerção.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Estado. Autoritarismo. Democracia.

The authoritarianism of the neoliberal state and its impact on democracy

Abstract: This article aims to develop an initial and approximate analysis between neoliberalism and authoritarianism. Starting from bibliographical research, it will be sought to work two complementary hypotheses among themselves. In the first, the theme of the current authoritarian action of the State will be worked upon, resulting from the incorporation of the neoliberal theoretical-ideological discourse, which puts it in the paradoxical situation that by promoting the freedom of the market and capital, it ends up denying itself, (of)limiting the scope of its intervention, its intervention meets more economic demands than social ones. In the second, it will be analyzed the fact that democracy is impacted by neoliberalism and its strategy that uses authoritarianism in the implementation of the project to adjust society and the subjects of capitalism. Authoritarianism is effective in executing this ideal, since it must occur to the detriment of popular interests and wills, which become the target of different forms of coercion.

Keywords: Neoliberalism. State. Authoritarianism. Democracy.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma análise aproximativa sobre a temática do neoliberalismo e autoritarismo, considerando uma possível relação dialética entre ambos. Diz-se aproximativa porque ela encontra-se em andamento, de modo que o presente estudo aqui apresentado é tão somente a ponta de uma pesquisa de maior folego que se encontra em desenvolvimento.

¹ Bacharel e mestre em Serviço Social, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: crmclaudiomoreiracrm@gmail.com.

O interesse por tal tema é resultado dos acontecimentos político-sociais e econômicos dos últimos anos. Ligados principalmente ao recrudescimento, ou nova retomada do autoritarismo, que na sociedade brasileira sempre esteve à espreita. Talvez, a novidade esteja exatamente no momento deste reavivamento autoritário, ou seja, um contexto de democracias mais ou menos consolidadas, que em tese seria capaz de frear este processo. Como isso não ocorreu de modo eficaz, inúmeros pesquisadores e pesquisadoras desenvolveram estudos sobre este fenômeno. Algumas destas análises serão utilizadas neste artigo, como as de Christian Laval, Pierre Dardot, Rubens Casara e Wendy Brown.

Em apertada síntese, em seu conjunto tais pesquisadores revelam a partir de suas análises, que o neoliberalismo é iminentemente autoritário porque visa tornar a sociedade e os sujeitos totalmente subserviente ao capital. Se de um lado, tal referencial teórico revela-se restrito aos aspectos econômicos da existência humana e do funcionamento da sociedade, do outro, ele assenta-se em uma fé quase inabalável na superioridade do livre mercado, na satisfação das necessidades e no bem-estar dos sujeitos. O autoritarismo é tomado enquanto estratégia para colocar em prática o projeto neoliberal de ajustar e conduzir sociedade e sujeitos ao capital, é neste ponto que a interferência estatal é de suma importância, principalmente a partir de sua face coercitiva e punitiva, ou seja, utiliza-se de sua força.

Dito isto, o presente artigo está dividido em duas partes, que trabalham hipóteses complementares entre si. A primeira parte, será trabalhada a hipótese de que a atual ação autoritária do Estado pode ser mais bem observada a partir do processo de incorporação do discurso teórico-ideológico neoliberal, que o coloca na paradoxal situação de que ao fomentar a liberdade do mercado e do capital, acaba por negar a si, (de)limitando a abrangência de sua intervenção, que neste cenário volta-se muito mais para o mercado do que para as políticas públicas que são atacadas para benéfico daquele. A segunda parte, trabalhará a hipótese de que a democracia é impactada pelo neoliberalismo e sua estratégia que se utiliza do autoritarismo na implantação do projeto de ajuste da sociedade e dos sujeitos ao capitalismo

Em suma, a intenção deste texto é tão somente apresentar ideias iniciais de um estudo que está em processo de desenvolvimento, almeja-se portanto, apenas despertar o debate e a crítica coletiva.

2. A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A AÇÃO AUTORITÁRIA ESTATAL

A hipótese que anima esta primeira discussão, defende que atual ação autoritária do Estado pode ser mais bem observada a partir do processo de incorporação do discurso teórico-ideológico neoliberal, que o coloca na paradoxal situação de que ao fomentar a liberdade do mercado e do capital, acaba por negar a si, (de)limitando a abrangência de sua intervenção, que neste cenário volta-se muito mais para o mercado do que para as políticas públicas que são atacadas para benéfico daquele. Com o intuito de desenvolver tal ideia, parte-se da constatação que o neoliberalismo não pode ser reduzido a um conjunto de teorias político-econômicas que defendem o mercado como única esfera capaz de garantir o bem-estar dos sujeitos (HARVEY, 2014).

Percebe-se que se configura muito mais como projeto de sociedade e de sujeitos, apesar da presença e defesa intransigente de tais ideias, que por sua vez, alimentam e são alimentados pela imagem daquele projeto. Em certo sentido, pode ser tomado como resultado de uma vontade comum de políticos, teóricos e empresários de instaurar uma ordem social alicerçada sob a concorrência, de modo a manter o capitalismo em funcionamento mesmo em momentos de crises.

A partir de uma organização das forças de gestão da relação social de produção neoliberalismo torna-se capaz de ajustá-los junto com a sociedade ao modo de ser do capitalismo. Este inaugurou um período de revolução permanente na ordem econômica, devido a interferências externas a esta ordem, sociedade e sujeitos não foram capazes de acompanhá-la. Os neoliberais almejam fazer com que ambos voltem a se ajustar espontaneamente a ordem do mercado; buscam dar a todos um novo tipo de vida (DARDOT; LAVAL, 2016). Isto significaria pensar formas de paulatinamente erodir antigos tipos de vida, forçando-os a um reajuste de seu modo de vida tido. Com base nisto, é possível dizer que em um primeiro nível o neoliberalismo apresenta-se como um dos projetos de sociedade em luta. Posicionando-se contra ideias coletivistas, os

neoliberais visam impor a norma e regras da concorrência e a soberania do sujeito-consumidor (DARDOT *et al.* 2021), desejoso de melhorar sua condição.

A existência de uma figura, racional e empreendedor que, constantemente está fazendo cálculos de custo e benefício, empenhado na tarefa de melhorar sua condição atual de vida, pois nunca está plenamente satisfeito (CASARA, 2021; DARDOT; LAVAL, 2016; DARDOT *et al.* 2021), acaba por servir de elo entre as diferentes teses neoliberais. A partir dela e, somada a crença na superioridade do livre mercado, tais teses defendem um projeto de sociedade e sujeito, que pautem sua integração social, administração e comportamento em cálculos econômico-utilitários; este programa deve ser definido e realizado por meio de muito específica ação política (DARDOT *et al.* 2021). No segundo nível, mas conservando aspectos do primeiro, o neoliberalismo revela-se como racionalidade que:

[...], tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. [...]. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido com o conjunto de discursos, prática e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17; itálicos dos autores).

A confluência dos dois níveis demonstra a assertividade da hipótese que anima esta discussão, por demonstrar que o neoliberalismo tem como objetivo organizar a totalidade do comportamento dos sujeitos, tendo em perspectiva aquele projeto executado a partir desta racionalidade. Assim, passa a estruturar a sociedade e as relações sociais ao capitalismo, inculcando no interior dos sujeitos, seja governante ou governado, uma forma de compreender e atuar no mundo baseados unicamente nos valores deste sistema, de modo que sua conduta seja a representação singular de um processo universal. A racionalidade neoliberal governa os Estados, a partir da utilização técnicas de gestão tomadas como novas e inéditas, mas que não rompem com a premissa dos resultados quantitativos-econômicos. Talvez esta seja atualmente a novidade do neoliberalismo, uma capacidade adaptativa que lhe permite oferecer respostas as crises causadas por suas

políticas, para isso direciona uma crítica simplista e rasa ao excesso de Estado, políticas sociais e até ataca a democracia (CASARA, 2021).

Como tenta mostrar-se neutro do ponto de vista ideológico, pautado tão somente em critérios científicos racionais, o neoliberalismo tenta legitimar-se frente as demais posições (DARDOT; LAVAL, 2016; DARDOT *et al.* 2021), oferecendo um diagnóstico e um remédio para o problema, por isso, vai apresentar-se como válido para toda a sociedade:

O neoliberalismo é muito mais do que uma ideologia partidária. Aliás, em geral as autoridades políticas que adotam as práticas neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria *razão*. [...]. Dito de outra maneira, a dogmática neoliberal apresenta-se como uma *pragmática geral*, indiferente às origens partidárias. A modernidade ou a eficácia não são nem de direita nem de esquerda, segundo dizem os que “não fazem política” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 242; itálicos dos autores).

Não há, portanto, muita importância se este conjunto de ideias foi elaborado por um grupo de intelectuais e executado por agentes políticos ou de instituições econômicas internacionais, que buscam restabelecer o poder político-econômico perdido. O processo de sua sedimentação nas relações sociais, de modo a constituir uma subjetividade pautada nesta razão econômica, e que se encontra presente nos governantes e governados de diferentes espectros políticos, mesmo que em maior ou menor intensidade. Se deve a sua difusão compartilhada e aceita por “todos” como uma racionalidade global que funciona; é uma técnica de administrar a política econômica, as relações sociais. Do ponto de vista técnico racional, o neoliberalismo é uma teoria sem falhas visto que observa e respeita o desenvolvimento natural e espontâneo do livre mercado, se existem problemas relativos ao seu funcionamento, eles decorrem de certo distanciamento entre a “expectativa” criada pela teoria e a “realidade” concreta da ordem social, que sofre interferências externas e nocivas ao ideal teórico.

Esta racionalidade é similar àquela encontrada nas empresas capitalistas que têm como única referência o mercado, por isso, quando adentra ao Estado, modifica seu governo de modo radical. Aqui, o termo governo se refere a instituição ou partido/grupo que administra o Estado, mas uma atividade que consiste em estruturar o campo de conduta dos sujeitos em um dado contexto utilizando-se dos instrumentos estatais

(DARDOT; LAVAL, 2016). Observa-se então que, se é objetivo do neoliberalismo dar um “novo tipo de vida” ao sujeitos, para a qual a ação estatal é de suma importância para sua realização. A partir dele, mira-se a totalidade da população como objeto e recurso a ser administrado no jogo da concorrência. Em consequência disto, busca-se desenvolver um campo, que regido por certas leis, normas e códigos de conduta regulem o comportamento e pensamento dos sujeitos colocando-os na situação de conduzir a si mesmos a partir do que se espera deles e com base em interesses que, apesar de externos, parecem ser seus: “O segredo da arte do poder, [...], é agir de modo que o indivíduo busque seu interesse como se fosse seu dever, e vice-versa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 216). Em tese, e a depender da situação, o neoliberalismo não visaria forçar diretamente os sujeitos a agir do modo que determinada classe quer, posto que poderia suscitar resistências e revoltas, o que é pensado e praticado é a construção de situações nas quais não reste aos sujeitos alternativa diferente do que a sujeição e adequação ao sistema.

Portanto, o Estado não abandona seu papel na gestão da população, mas sua intervenção não obedece mais ao mesmos imperativos nem aos mesmos motivos. Em vez da “economia do bem-estar”, que dava ênfase à harmonia entre os progresso econômico e a distribuição equitativa dos frutos do crescimento, a nova lógica vê as populações e os indivíduos sob o ângulo mais estreito de sua contribuição e seu custo na competição mundial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 284).

O sucesso da crítica neoliberal sobre o custo e ineficiência econômica do Estado social, possibilitou que este assimilasse cada vez mais o papel de construtor e defensor do mercado, produzindo condições ótimas para a valorização do capital, enquanto ideologicamente ataca o caráter político e social envolvidos em suas decisões e ignora as consequências sociais resultantes. Como pauta-se tão somente em valores utilitaristas-econômicos que agem para garantir o desenvolvimento daquele ideal de ordem social, o equilíbrio da integração social é cada vez mais frágil demandando novas e mais energéticas formas de controle. O governo neoliberal que é exercido sobre a sociedade está baseado na redução e simplificação da existência humana a fatores econômicos, em uma fé inabalável no livre mercado como única esfera capaz de garantir a liberdade econômica e política dos sujeitos, e de possibilitar o aumento de seu bem-estar.

É possível observar o Estado ser atravessado pela seguinte contradição: de um lado deve manter o processo de produção e acumulação de capital, do outro tem que atender as crescentes demandas sociais daí resultantes (CHAMAYOU, 2020). Em um nível mais ideal, o Estado tentaria a todo custo manter sua legitimidade diante de ambas as parcelas envolvidas nesta situação, ao fazer isso buscaria orquestrar certo consenso sobre a eficácia do sistema, inclusive na solução de certos problemas sociais que caberiam a ele resolver. Neste caso, ao invés de pretender minimizar os impactos negativos advindos do mercado, sua ação pende mais para os interesses destes, isto em detrimento das necessidades sociais dos sujeitos, este modo de governo ocorre independente de quem possa vir a administrá-lo.

[...] trata-se não de limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado. Não se trata mais de postular um acordo espontâneo entre os interesses individuais, mas de produzir as condições ótimas para que o jogo de rivalidade satisfaça o interesse coletivo. [...], o neoliberalismo combina a reabilitação da intervenção pública com uma concepção de mercado centrada na concorrência [...] (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69).

A assertividade da hipótese inicial, revela-se novamente nesta ação estatal paradoxal, na qual ocorre a união entre os poderes econômico e político, sendo que esta passa a estar a serviço daquele. O aparato estatal, principalmente o coercitivo, volta-se para exercer um governo de controle da sociedade enquanto equilibra sua integração social a partir de certos valores, normas e códigos. Fazendo uso e fomentando antigas divisões da sociedade, o neoliberalismo não só cria um ambiente propício para sua disseminação, especialmente em momentos de crise. Nos momentos em que impera o caos e as incertezas, deixando os sujeitos mais passivos frente a respostas fáceis e simplificadas. O neoliberalismo insere-se e explora as divisões e conflitos que surgem e enraíza suas estratégias de dominação e exploração. Simionatto e Costa (2014), mencionam as crises do capital de 1970 e posteriormente 2007-2008, para evidenciar como o neoliberalismo passa a reivindicar uma refuncionalização do Estado frente a demanda do capital:

Em sintonia com os interesses burgueses, os organismos internacionais e os Estados buscaram sugerir alternativas no âmbito das políticas sociais, preservando incólumes os princípios básicos do mercado. A reforma das instituições, o aumento de redes de seguridade social, as metas de superação da pobreza e os pactos anticorrupção foram algumas das medidas elencadas no Pós-Consenso de Washington, assumidas nos anos 1990 pela maioria dos países, especialmente na América Latina (SIMIONATTO; COSTA, 2014, p. 71).

Em que pese o caráter social destas medidas, atestada pelas autoras, elas encontram-se amarradas ao ideário neoliberal. E apesar de elencarem metas sobre a superação da pobreza, sua formulação e desenvolvimento não ultrapassa os limites do sistema capitalista, que focaliza apenas no sujeito individual, desconsiderando o contexto social no qual está inserido. Portanto, não é estranho que o principal meio para cumprir tal meta, seja o repasse monetário: “[...], transferindo recursos financeiros aos pobres a fim de capacitá-los a enfrentar incertezas, acessando diretamente o mercado” (SIMIONATO; COSTA, 2014, p. 71). A transformação do cidadão em consumidor, torna-se não só uma estratégia de manter o funcionamento do mercado, como dirige-se a ressignificar toda e qualquer forma acesso a direitos, pela via mercantil: “A figura do ‘cidadão investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381). É instaurado o processo de constituição de um sujeito egoísta fechado em si mesmo, que vê na posse de dinheiro a efetivação de sua liberdade e respeito de seus direitos.

Os programas de transferência de renda, ações de microcrédito e estratégias de empreendedorismo, colocados como forma de assegurar alguma renda para os grupos mais vulneráveis para que acessem bens e serviços (SIMIONATO; COSTA, 2014), servem também para um processo de educação e ajustamento destes sujeitos ao capitalismo, a partir do desenvolvimento de uma consciência administrativa do recurso recebido, bem como de um autopolicamento decorrente dos condicionantes que devem ser respeitados para acessar e se manter nestas políticas.

A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, “mercadorização” de escola e hospital, solvência pela dívida privada) a “obrigação de escolher” para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como “realidade”, isto é, como única “regra do jogo”, e assim incorporarem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder “no jogo” e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 217).

Não se está questionando a importância destas políticas, sem as quais os níveis de desigualdade seriam ainda maiores, o que se evidencia é extrema dificuldade de se ultrapassar os limites do capitalismo. Mesmo as políticas mais progressistas, resultado de lutas e resistência histórica dos sujeitos, elas não rompem em definitivo com a lógica e comportamento pautado no cálculo utilitário: “A necessidade de buscar respostas imediatas aos problemas cotidianos leva tais classes a responder de forma fragmentária, não alcançando a construção de saberes que se contraponham ao discurso dos dominantes” (SIMIONATO; COSTA, 2014, p. 74). As políticas públicas enfrentam o desafio de transpor os limites capitalistas, indo além da mera gestão e administração das desigualdades sociais, políticas e econômicas. Portanto, é necessário que o Estado atualmente exerce, por meio destas políticas mais focalizadas, uma tarefa educativa que impede a formação de um coletivo politicamente atuante. Como seu resultado, tem-se a ideia de autonomia e autodeterminação calcados no egoísmo, deslocado do sentimento do viver comunitário, no qual impera um sentimento de pertencimento e dever com o próximo. Para o neoliberalismo autonomia, é estar imerso na lógica do capital, livre de sentimentos abstratos como coletivismo, classe etc.

Considerando que o fio condutor do neoliberalismo é desenvolver uma sociedade pautada no princípio da concorrência, estendendo sua lógica para a totalidade da existência dos sujeitos e para o próprio Estado. Não é importante o *ethos* do regime que o levará a cabo, se ditatorial ou democrático, se utilizará da violência e coerções explícitas, violações e destruição de direitos, ou se fará uso de uma forma mais sofisticada de segurança para conter potenciais inimigos, na qual os direitos vão paulatinamente erodidos sob o discurso da modernização, para melhor atender os interesses dos cidadãos etc. importa unicamente que tal projeto seja implementado de uma forma ou de outra.

3. A ESTRATÉGIA AUTORITÁRIA NEOLIBERAL E SEU IMPACTO NA DEMOCRACIA

Anteriormente foi trabalhada a hipótese sobre o papel um tanto paradoxal e ao mesmo tempo autoritária do Estado, como resultado da incorporação do discurso teórico-ideológico neoliberal. Como ficou evidenciado, ao fomentar a liberdade do mercado e do capital baseado em um projeto utópico de transformação da sociedade e

dos sujeitos, a ação estatal acaba por negar a si mesma. A partir de uma (de)limitação da abrangência de sua intervenção, a qual pende mais para as demandas do mercado ignorando o caráter social e público das políticas, as quais não raro são atacadas para benefício do sistema capitalista. Em um nível mais geral e percebendo a conjuntura nacional e internacional, percebe-se a existência de um elo entre o tema trabalhado no primeiro item com a crise das democracias e o recrudescimento do autoritarismo. Em consequência disto, neste item será desenvolvida a hipótese de que a democracia é impactada pelo neoliberalismo e sua estratégia que se utiliza do autoritarismo na implantação do projeto de ajuste da sociedade e dos sujeitos ao capitalismo.

A compreensão deste processo é possível mediante entendimento do termo estratégia, enquanto um conjunto de mediações estabelecidas com outras racionalidades políticas, sociais e econômicas que juntas são confrontadas pela obrigação de designar um inimigo a ser combatido, por isso envolve refletir sobre ações ofensivas (DARDOT *et al.* 2021). Neste nível é revelado sua capacidade adaptativa, compartilhada pelo próprio neoliberalismo, possibilitando sua utilização em diferentes contextos e por governos dos mais diversos matizes ideológicos. Ao mesmo tempo, estratégia se refere a escolha racional dos meios empregados para se chegar a um fim, envolve pensar e utilizar um conjunto de procedimentos para privar o adversário dos meios de combate, forçando-os a renunciar a luta (DARDOT; LAVAL, 2016; DARDOT *et al.* 2021). A união deste dois sentidos é perceptível nos últimos anos de vigência do neoliberalismo, com sua tendência autoritária na implementação de seu projeto, que se desenvolve em detrimento das demandas e interesses da sociedade. Portanto, não é estranho encontrar no discurso neoliberal certa exaltação de figuras autoritárias, poderosas etc. revelando que: “O essencial é que os governantes sejam suficientemente fortes para impor a constitucionalização do direito privado e restringir, assim, o campo do deliberável” (DARDOT *et al.* 2021, p. 309).

Na prática isto significaria limitar ou até mesmo erodir a democracia, e o recrudescimento do autoritarismo é neste ponto uma estratégia interessante. Assim, a crise das democracias não apareceria como algo isolado do neoliberalismo, e sim como resultado de sua estratégia. Esta correlação é corroborada pela análise de Wendy Brown realizada na obra *Nas ruínas do neoliberalismo*. Analisando teóricos como Friedrich

Hayek e Milton Friedman, a autora percebe a recorrência de eixos temáticos recorrentes, como a gestão, apego a lei e a tecnocracia. Estes são defendidos no lugar da deliberação, contestação e partilha democrática do poder: “[...] várias décadas dessa hostilidade multifacetada à vida política geraram em populações neoliberalizadas, na melhor das hipóteses, uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e, na pior, opróbrico em relação a ela” (BROWN, 2019, p. 71). É impossível não perceber aí, a ação sistemática da ideologia² neoliberal no ataque a toda forma de soberania popular, tanto que muitos teóricos neoliberais defendem que:

[...]a “mística democrática”, o reino da opinião ou a estupidez da massa representam o verdadeiro perigo para o liberalismo e que, portanto, é importante criar dispositivos institucionais suscetíveis de conter os efeitos perniciosos do dogma da soberania popular. Eles certamente aceitavam uma forma limitada de democracia que, se permanecer elitista e respeitosa dos mais altos princípios da livre-escolha individual e da propriedade privada, é, antes, um bem (DARDOT *et al.* 2021, p. 47).

A partir desta defesa de uma elite que deve governar, porque é considerada a real formuladora das ideias seguidas pela massa, a qual possui como principal característica a incapacidade de pensar por si mesma, é possível traçar o paralelo entre neoliberalismo e autoritarismo. Este último apresenta três conotações a partir da análise canônica de Bobbio; Matteucci e Pasquino (1998): o primeiro refere-se aos regimes políticos, nos quais se privilegia a autoridade governamental enquanto se diminui o consenso, concentrando o poder nas mãos de um único sujeito ou órgão; o segundo é psicológico, referindo-se à personalidade autoritária e sua disposição à obediência a figuras de autoridade e poder, enquanto despreza sujeitos considerados inferiores hierarquicamente; no terceiro tem-se a ideologia que tende a negar a igualdade entre sujeitos, enfatizando a hierarquia e a desigualdade.

Salvo diferenças analíticas e explicativas que se referem a dado contexto, histórico muito específico, é possível encontrar estas três conotações de autoritarismo no discurso neoliberal. Neste caso, esta relação faz mais sentido se for aplicada a certa forma de governabilidade, na qual impera os ditames do capital em detrimento da

² Entende-se por ideologia, um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações, normas e regras que prescrevem aos sujeitos da sociedade o que devem e o que pensar. Para maiores informações vide a obra “A ideologia da competência” de Marilena Chaui.

deliberação política que poderia obstaculizar seu movimento. De modo sintético, pode-se dizer que isto respigará de forma indelével nos diversos modos de apartar ou ignorar a vontade dos sujeitos das decisões democráticas, políticas públicas etc. Como resultado direto ou indireto, ocorre a erosão da soberania popular, que fica à mercê de técnicos burocratas e especialistas imersos na lógica e no cálculo do custo-benefício. É a submissão da liberdade e direitos políticos ao capitalismo, que passa a ser tomado como aquele que a promove a partir da restrição/limitação do governo político (BROWN, 2019; CASARA, 2021).

[...]poderíamos também falar em “autoritarismo” como maneira de governar própria de um chefe de Estado ou de todo um governo: trata-se, então, de caracterizar uma atitude que consiste em ignorar qualquer concertação ou, ainda, uma tendência à concentração de poderes em posição à sua repartição. [...]: a estrutura do Estado pode muito bem variar, a equipe política e sua feição também. O essencial é que os governantes sejam suficientemente fortes para impor a constitucionalização do direito privado e restringir, assim, o campo do deliberável (DARDOT *et al.* 2021, p. 308-309).

Neste aspecto, o autoritarismo no argumento neoliberal é importante porque importa no exercício do poder governamental é fazer valer os ditames do capital em detrimento de possíveis formas de oposição. A utilização desta estratégia, independe do espectro ideológico de quem administra o Estado. Quando em nome do capital, é produzida legislações e estruturas regulatórias que privilegiam sua mobilidade, dando ênfase as grandes corporações, inclusive as internacionais em detrimento das nacionais, ou ainda quando atende a interesses de grupos específicos como do agronegócio ignorando os ricos socioambientais envolvidos, o Estado deve ser forte para barrar os movimentos contrários, dando continuidade a medidas impopulares mesmo diante de manifestações contrárias. O resultado da estratégia neoliberal é amarrar *a priori* os limites da intervenção estatal, com base no objetivo de não enterrar o capital. Então chega-se ao ponto que mais interessa a esta discussão, a constatação de que:

O neoliberalismo é intrinsecamente autoritário no combate a toda vontade democrática de regular a economia de mercado; ele varia apenas nas formas do uso estatal da força. Os neoliberais repetiram com frequência: a ditadura e a democracia não têm valor em si mesmas; são instrumentos necessários ou não à garantia de uma economia livre (DARDOT *et al.* 2021, p. 90).

Sobre este aspecto, Brown (2019), já havia enfatizado o papel autoritário do Estado sob o neoliberalismo para manter a ordem e o equilíbrio econômico, enquanto assume uma forma tecnocrática isolando-se das demandas democráticas. Este asco já se fazia sentir nos idos de 1975, quando a Comissão Trilateral pública o relatório *A crise da democracia: relatório sobre a governabilidade das democracias*. Em seu título, é possível vislumbrar o problema encontrado, a forma de democracia vigente dificultava um governo eficaz da sociedade e dos sujeitos. Antes do relatório, Samuel Huntington em 1970, alertava sobre o perigo de sobrecarregar o sistema político de reivindicações, fazendo com que as funções estatais se ampliassem minando sua autoridade. Em 1975, Antony King declara que anteriormente os sujeitos se voltavam para Deus, agora eles se dirigem ao governo (CHAMAYOU, 2020).

[...]os neoliberais se uniram na oposição à democracia robusta – movimentos sociais, participação política direta ou demandas democráticas ao Estado – que identificaram com o totalitarismo, o fascismo ou o governo da plebe. [...]. O sufocamento da democracia foi fundamental, e não incidental, para o programa neoliberal mais amplo. As energias democráticas, acreditavam os neoliberais, entopem inerentemente a política, o que ameaça a liberdade, a ordem espontânea e o desenvolvimento – e, no extremo, produzem o despotismo ou o totalitarismo de Estado (BROWN, 2019, p. 75-76).

Intrinsicamente antidemocrático, o neoliberalismo tem levado a cabo uma diluição do direito público em benefício do direito privado, fazendo o Estado refém dos critérios utilitaristas da rentabilidade e lucratividade. Sem mencionar a redução da democracia a apenas uma regra de procedimento, um método de decisão fundamentado na regra majoritária, não é uma forma de governo e, mesmo enquanto método não é, necessariamente o mais eficiente, e não pode ser tomada como um valor em si mesmo, e deve ser julgada por aquilo que realizar (BROWN, 2019; CHAMAYOU, 2020). Para os neoliberais, o real problema é a intensidade de vida democrática, resultando no aumento da interferência da maioria nos assuntos estatais.

Para impedir que isto ocorra, para a estratégia neoliberal não existiria contradição se o Estado assumisse uma faceta autoritária. Ela torna-se necessária para controlar os inimigos do capital e serve para fazer valer no plano das relações sociais, políticas e econômicas a utopia neoliberal do livre mercado, agindo no: “[...] restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das

elites econômicas” (HAVEY, 2014, p. 27). Para o neoliberalismo, um Estado autoritário e punitivo é necessário para a manutenção do sistema capitalista, enquanto impede qualquer forma de interferência que possa desviar a sociedade de seu curso. Ao mesmo tempo a intensidade deste autoritarismo e da violência utilizada para tal, vai depender do nível de periculosidade no inimigo enfrentado e sua capacidade de resistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi desenvolvido como análise aproximativa sobre a temática do neoliberalismo e autoritarismo, seu objetivo era encontrar pontos que evidenciassem uma possível relação dialética entre ambos. Seu caráter aproximativo, o que pode explicar insuficiências analíticas, decorre de ser um estudo que está em andamento.

Partindo dos acontecimentos político-sociais e econômicos que ocorreram nos últimos anos. Que de um modo ou de outro, evidenciavam um processo de recrudescimento, ou retomada do autoritarismo, que na sociedade brasileira sempre esteve à espreita. Ficou evidente, que talvez sua novidade deste fenômeno esteja no contexto no qual ele tem ocorrido, ou seja, no interior de democracias mais ou menos consolidadas, que em tese seria capaz de frear este processo. Como isso não ocorreu de modo eficaz, diferentes pesquisadores e pesquisadoras estudaram este fenômeno. Algumas destas análises foram utilizadas neste artigo, como as de Christian Laval, Pierre Dardot, Rubens Casara e Wendy Brown.

Como ficou evidenciado, em seu conjunto estes pesquisadores revelaram, que o neoliberalismo é iminentemente autoritário porque visa tornar a sociedade e os sujeitos totalmente subserviente ao capital. Se de um lado, tal referencial teórico revela-se restrito aos aspectos econômicos da existência humana e do funcionamento da sociedade, do outro, ele assenta-se em uma fé quase inabalável na superioridade do livre mercado, na satisfação das necessidades e no bem-estar dos sujeitos. Neste ponto, tentou-se apresentar que o autoritarismo é uma estratégia neoliberal para colocar em prática seu projeto de ajustar e conduzir sociedade e sujeitos ao capital. Para a qual, a interferência estatal é de suma importância.

Para dar concretude a compreensão deste complexo processo, o artigo foi dividido em duas partes, que trabalharam hipóteses complementares entre si. A primeira trabalhou a hipótese de que a atual ação autoritária do Estado pode ser mais bem observada a partir do processo de incorporação do discurso teórico-ideológico neoliberal, que o coloca na paradoxal situação de que ao fomentar a liberdade do mercado e do capital, acaba por negar a si, (de)limitando a abrangência de sua intervenção, que neste cenário volta-se muito mais para o mercado do que para as políticas públicas que são atacadas para benéfico daquele. A segunda analisou a hipótese de que a democracia é impactada pelo neoliberalismo e sua estratégia que se utiliza do autoritarismo na implantação do projeto de ajuste da sociedade e dos sujeitos ao capitalismo

Como dito alhures, a intenção deste texto era tão somente apresentar ideias iniciais de um estudo que está em processo de desenvolvimento, portanto, seu objetivo é despertar o debate e a crítica coletiva, principalmente se for considerado o tempo presente e os últimos processos sociais, políticos, econômicos e sociais ocorridos.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.; Coord. trad. João Ferreira; Rev. Geral: João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente** / Wendy Brown, traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. – São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário** / Rubens Casara. – São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

CHAMAYOU, Grégoire [1976-]. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário** / Grégoire Chamayou; traduzido por Letícia Mei; prefácio de Yasmin Afshar. Coleção Explosante (coordenação Vladimir Safatle). São Paulo: Ubu Editora, 2020

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian; GUÉGUEN, Haud; SAUVÊTRE, Pierre. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo** / Pierre Dardot [et al.]; tradução de Márcia Pereira Cunha. – São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo : ensaio sobre a sociedade neoliberal** / Pierre Dardot ; Christian Laval ; tradução Mariana Echalar. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. (Estado de sítio)

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações** / David Harvey ; tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. – 5. ed. -- São Paulo : Edições Loyola, 2014.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. In, R. Katál., Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/hqrscv7d37Jbgrxr5s7GwBm/?lang=pt&format=html>.